

EDITORIAL

Ao propormos o tema “Assistência estudantil e educação: tendências e contradições no Brasil contemporâneo” para este dossiê, buscamos refletir sobre a realidade da assistência estudantil e sua relação com as condições de acesso, permanência e participação de grupos sociais historicamente invisibilizados e vulnerabilizados nas instituições educacionais. O chamado para pensar em tendências é uma provocação que implica considerar a trajetória histórica dessa política social, seus avanços e retrocessos, além de uma expectativa de futuro.

Embora as primeiras ações institucionalizadas de assistência estudantil no Brasil datem dos anos 1920/1930, vemos que ela recebeu diferentes sentidos e formatos, especialmente a partir dos anos 1990, com uma guinada para políticas com orientação neoliberal. No artigo intitulado “Assistência Estudantil: delimitações históricas e o novo quadro na conjuntura brasileira”, os pesquisadores constroem uma relevante análise da assistência estudantil a partir de uma perspectiva histórica e crítica, até sua conformação contemporânea.

A institucionalização do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por meio do Decreto nº 7.234/2010, é um marco na busca por garantir condições de permanência de jovens na educação superior pública federal, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e reduzir as taxas de evasão. Tem-se, com esse decreto uma concepção ampla de proteção social, que inclui moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, permanência e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010). Juntamente com esse decreto vemos outros avanços no sentido de democratizar o acesso à educação superior a exemplo da Lei de Cotas, que garante reserva de vagas para egressos de escolas públicas pretos, pardos, indígenas e com deficiência, e a expansão de cursos noturnos e a interiorização de instituições federais de educação superior por meio do Programa REUNI.

A complexidade de se pensar assistência estudantil se expressa pelas diferentes perspectivas analíticas dos artigos que integram esse dossiê. A partir de pesquisas e relatos de experiências, podemos traçar um panorama sobre o cenário brasileiro, marcado por contradições. Se de um lado vemos um avanço nas ações e regulamentações

institucionais, principalmente após a aprovação do PNAES, por outro, se verifica a redução dos investimentos orçamentários, o que compromete sua efetiva implementação.

Os desafios que se materializam no cotidiano das instituições educacionais e na vivência dos estudantes estão presentes em diversos artigos publicados nesta coletânea. Destacamos a questão de saúde mental e o trabalho desenvolvido pelo Departamento de Acolhida, Saúde psicossocial e bem-estar da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. O apoio pedagógico e o acolhimento aos estudantes com fragilidade escolar, por sua vez, foi tratado no artigo “Políticas de Assistência Estudantil: uma análise sobre o Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes da UFSC”, evidenciando as contribuições para reduzir a evasão. Em direção semelhante, tem-se a importância da pesquisa para o desenvolvimento dos estudantes, relacionado à assistência estudantil no artigo “A pesquisa como um meio para a permanência no ensino superior”, com estudo do contexto da Universidade Federal Fluminense.

Dois artigos destacaram o debate racial: ‘Desafios de uma pró-reitoria de ações afirmativas e assuntos estudantis em uma universidade negra’ e “Políticas Afirmativas no CEFET-MG: democratização do Acesso?”, que se tornou tema cada vez mais debatido na educação após a aprovação da Lei de Cotas em 2012. Quanto aos temas de acessibilidade e de permanência de estudantes com deficiência, temos uma análise sobre a institucionalização dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no artigo “NAPNE: Análise das resoluções dos institutos federais de diferentes regiões”. Há ainda o relato de experiência de um projeto que visa garantir o acesso de estudantes com deficiência visual a materiais didáticos acessíveis na área de música no artigo “Relato de experiência: Musicografia Braille na Universidade de Brasília”.

A garantia do princípio constitucional da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades é condição necessária para o desenvolvimento de ações de assistência estudantil. Isso porque possibilita a análise da realidade institucional e local, a identificação do perfil discente, a compreensão das demandas apresentadas pelos estudantes e a proposição de ações e programas que atendam a essas questões. Alguns dos artigos presentes nesta edição construíram a relação entre assistência estudantil e o processo de ingresso, o que possibilita reflexões sobre o caminho estudantil anterior à universidade e a garantia de ações de democratização.

O artigo “Características socioeconômicas e educacionais do estudante ingressante ao IFRS em 2019”, com uma metodologia exploratório-descritiva, analisou o perfil dos estudantes quanto a diferentes indicadores que impactam na permanência como condição socioeconômica, trajetória escolar, saúde, socialização e projetos de vida. Na mesma direção está o artigo “A política de assistência estudantil e seu impacto na permanência dos estudantes”, que analisou a contribuição das políticas de assistência estudantil na permanência dos estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

Outra característica da assistência estudantil evidenciada neste Dossiê é o trabalho interdisciplinar. Para refletir sobre essa questão, sugerimos a leitura dos artigos: “A comissão PAPE/PBP: desafios e desdobramentos no campo da assistência estudantil”, “Assistência estudantil e alimentação escolar: reflexões baseadas em um trabalho interdisciplinar” e “Assistência Estudantil e processos de trabalho da equipe multidisciplinar no IFS - Campus Lagarto”, que apresentam experiências de ações respectivamente na UNIFESP, no Instituto Federal Fluminense e IFS.

O atual contexto de pandemia de COVID-19 evidenciou como as desigualdades econômicas e sociais estão presentes na educação. Diversos foram os debates sobre as precárias condições de acesso ao ensino remoto por falta de equipamentos e acesso à internet, além da necessidade de garantia de programas de alimentação escolar e assistência estudantil em diferentes níveis de ensino. De acordo com a UNESCO (2020)¹, 91% da população estudantil global foi afetada pelo fechamento de escolas e universidades em 194 países.

Diante de uma crise sanitária, política, econômica e social como a que estamos vivendo, os artigos “COVID-19, Educação profissional científica e tecnológica e a contribuição da assistência estudantil”, “Limitações orçamentárias: desafios à assistência estudantil da UnB em tempos de pandemia” e “A experiência de trabalho com a assistência estudantil durante a pandemia COVID-19” nos desafiam a pensar acerca das rápidas e inesperadas mudanças ocorridas em 2020 e do que está por vir.

Este Dossiê releva, portanto, duas questões fundamentais para a política de assistência estudantil no Brasil. A primeira mostra a abrangência do PNAES nas diferentes IFES, situando as desigualdades sócio-regionais e suas particularidades na implementação das ações. A segunda incide sobre a ampliação dos debates sobre

¹ <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373718>

assistência estudantil de forma articulada a temas como raça, gênero, etnia e deficiência. Nesse sentido, esperamos que essa coletânea possibilite reflexões críticas e atuais, mas que não se esgotam aqui. Boa leitura!

Prof. Dra. Thaís Kristosch Imperatori²
Prof. Dra. Angela Vieira Neves³
Prof. Dra. Sinara Pollom Zardo⁴
Me. Flávio Bezerra de Sousa⁵

Editores e organizadores deste dossiê temático
Vol. 6, N. 3, 2021 – *Cadernos Cajuína* – *Revista Interdisciplinar*

² Mestre e Doutora em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB), professora do Departamento de Serviço Social da UnB e coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Democracia, Sociedade Civil e Serviço Social (GEPEDSS).

³ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professora aposentada e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB. Fundadora do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Democracia, Sociedade Civil e Serviço Social (GEPEDSS) da UnB

⁴ Doutora em Educação pela Universidade de Brasília, é professora do Departamento de Teorias e Fundamentos da Faculdade de Educação e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da UnB. É diretora da Diretoria de Acessibilidade do Decanato de Assuntos Comunitários da UnB. Vice coordenadora do Grupo de Pesquisa Gerações e Juventude (GERAJU/UnB).

⁵ Doutorando em Estado, Políticas Públicas e Educação na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), membro do Grupo de estudos sobre Democracia, Sociedade Civil e Sociedade (GEPEDSS) do Departamento de Política Social da UnB, e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (GREPPE) da Faculdade de Educação da Unicamp.